

Relatório Anual De Actividades

2005

Cruzeiro do Sul

Fevereiro, 2006

1. Introdução

Relatório de Actividades realizadas em 2005.

É nosso objectivo apresentar aos membros do Cruzeiro do Sul, o grau de cumprimento das Actividades planeadas, o envolvimento dos pesquisadores e a qualidade dos resultados da investigação.

Importa contudo começar por referir que o facto marcante foi que o Cruzeiro do Sul sofreu inesperadamente em Julho do ano passado a perda irreparável do seu fundador e presidente do Conselho de Direcção, o Professor Doutor José Negrão. Foi um abalo profundo que afectou a vida do Instituto.

Fez-se um esforço para reunir todas as capacidades existentes, reorganizar o programa de trabalho, repartir as tarefas e as responsabilidades pela equipa de investigação de acordo com as competências específicas de cada membro ou colaborador.

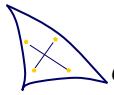
Tal como foi referido na mensagem do Cruzeiro do Sul lida da homenagem, todos assumiram a disposição de continuar o trabalho de investigação para a redução da pobreza com o mesmo empenho e criatividade com base na concepção e modelos analíticos já experimentados no Instituto.

O compromisso do Cruzeiro do Sul com os vários programas foi debatido e analisado com a consciência clara do que eles representam para a Instituição.

A intenção do Cruzeiro do Sul foi de manter os programas e a apresentação dos resultados da investigação com a mesma qualidade com que se fez até agora.

A preocupação do Cruzeiro continua a ser a redução da pobreza, a questão da terra, o desenvolvimento e a sociedade civil.

Durante o ano de 2005 as actividades do Cruzeiro do Sul centraram-se nas seguintes áreas:



- **Investigação** – realizou o estudo sobre as Assimetrias da Pobreza no Meio Rural no Norte do País e o estudo sobre o Mercado Urbano e Rural de Terras em Moçambique. Iniciou o estudo sobre o Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e suas Interações com a Protecção Social e fez-se um levantamento dos Recursos Naturais para a Contabilidade Ambiental;
- **Monitoria e Avaliação** – deu continuidade ao acompanhamento da actividade das Unidades de Monitoria e Avaliação nos distritos da Província de Nampula, do projecto sobre a diversificação de culturas na zona algodoeira de Morrumbala e chegou-se à fase final da do projecto Manica;
- **Extensão e Divulgação** – integrou o grupo dos conteúdos do G20 Nacional, participou nos Conselhos Consultivos Distritais ao nível do G20 da Província de Nampula, participou no Observatório de Desenvolvimento de Nampula e colaborou na criação de Sistemas de Informação de Nampula (SINA). Foi elaborado o dossier explicativo das actividades do Cruzeiro do Sul e publicado na página da Internet do Instituto.
- **Formação** – deu continuidade ao programa de bolsas de estudo e ao programa de capacitação/reciclagem em indicadores de monitoria e avaliação da pobreza nos Distritos da Província de Nampula para os membros dos Conselhos Consultivos Distritais.

2. Actividades realizadas e resultados alcançados

O Cruzeiro do Sul, no âmbito do seu plano de actividades de 2005, realizou as seguintes actividades:

2.1. Investigação

2.1.1. Programa de Pesquisa sobre as Assimetrias no Meio Rural do Norte de Moçambique

No âmbito do Programa de Pesquisa “Redução da Pobreza Absoluta no Norte”, o Cruzeiro do Sul deu início a um programa de investigação sobre a análise das assimetrias existentes no seio do agregado familiar e entre os agregados familiares em três aldeias da região Norte de Moçambique. As aldeias seleccionadas para o programa foram; Ghiote, distrito de Ancuabe (Cabo Delgado), Napacala, Distrito de Cuamba (Niassa) e Namiope, Distrito de Murrupula (Nampula).

Este programa de pesquisa insere-se no contexto do Programa de Alívio e Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que tem por objectivo a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de cerca de 70% para menos de 50% nos próximos dez anos.

Enquadramento teórico – para análise das assimetrias no meio do Norte de Moçambique, adoptou-se o conceito de vulnerabilidade que envolve os riscos e os choques que ocorrem numa determinada sociedade. Neste marco teórico, o programa de pesquisa contemplará quatro estudos sincrónicos, com metodologia própria mas articulados para efeito de complementaridade, que são:

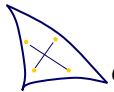
- Componente Quantitativa
- Componente Exclusão social
- Componente das Redes Sociais
- Componente Espacial

Através destas quatro componentes, em Abril, Maio e Junho, foram realizados dois levantamentos:

Levantamento Quantitativo:

A metodologia utilizada para este levantamento foi os inquéritos a uma amostra aleatória de 699 agregados familiares, sendo 248 em Ghiote, 108 em Napacala e 343 em Namione.

Após o levantamento e tratamento dos dados realizou-se uma análise exploratória que tinha como objectivo: (i) verificar em que medida a variação do nível de posse é explicada pelas variáveis independentes, (ii) verificar a validade da variável nível posse, comparando as medidas de assimetrias.



No geral os resultados preliminares mostram que algumas destas variáveis tem alguma correlação com o nível de posse, embora em muitas delas, a correlação não seja estatisticamente significativa. O tamanho do agregado familiar e o género do chefe do agregado familiar, parecem ser as variáveis que mais se correlacionam com o nível de posse em cada uma das aldeias. Os resultados sugerem que embora o nível de posse aumente com a dimensão do agregado, o retorno per capita do agregado do nível de posse é decrescente, o que significa que o crescimento do nível de posse não é proporcional ao crescimento do tamanho do agregado.

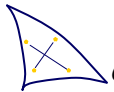
Levantamento Qualitativo:

O levantamento qualitativo foi realizado através dos resultados das análises dos dados quantitativos, com a identificação dos agregados familiares mais ricos e mais pobres segundo o indicador de *nível de posse* para cada aldeia e tinha como objectivos:

- Analisar as características sociológicas dos mais pobres e dos mais ricos com o fim de detectar as exclusões sociais no meio da aldeia;
- Analisar as redes de transmissão do conhecimento ao nível das famílias e da comunidade que levam à redução da pobreza;
- Marcar através do GPS referências geográficas para o posterior mapeamento das áreas de residência e actividades das aldeias para a componente espacial de programa de pesquisa.

Os resultados preliminares alcançados após este levantamento foram:

- Existem assimetrias entre os agregados de cada uma das aldeias;
- Verificou-se que a identificação dos nihimos foi uma ferramenta de trabalho relevante para conhecer as relações sociais existentes entre os indivíduos e as famílias no seio da aldeia. O nihimo permitiu identificar as redes existentes entre os indivíduos e as assimetrias na distribuição da riqueza que existe entre os clãs da mesma aldeia;
- Os agregados familiares que pertencem ao nihimo (clã familiar) maioritário da aldeia, e que o chefe da família é o homem, com alianças matrimoniais entre nihimos predominantes, e que não costumam fazer *ganho-ganho* costumam ter índices de vulnerabilidade mais baixos, e portanto maior protecção social;
- Foram constatadas assimetrias de carácter económico, político e social entre alguns dos grupos de pessoas segundo género, idade e religião;
- Em relação à componente de redes sociais, partiu-se de quatro questões: (1) a quem recorre quando tem problemas; (2) a quem recorre quando precisa de dinheiro; (3) o que faz para sair da pobreza e (4) como faz. Foi constatado, de modo geral, a existência de redes endógenas ou familiares e de redes exógenas ou da igreja, ou da ONG, ou do Estado, sendo as redes familiares as mais predominantes.



2.1.2. Estudo Sobre o Mercado Urbano de Terras em Moçambique

O estudo sobre o Mercado de Terras Urbano foi solicitado pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental em conjunto com a Agência HABITAT das Nações Unidas.

Com este estudo sobre o mercado de terras urbanas pretende-se identificar as eficiências alocativas da terra urbana pelos vários mecanismos institucionais intervenientes e a interacção entre as zonas urbanas e as rurais. Pretende-se identificar formas que permitam o crescimento sustentável das cidades, que garantam a segurança de posse da terra e da habitação por parte dos municípios e a concretização do objectivo do Millenium das “Cidades Sem Subúrbios”.

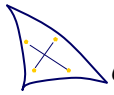
Entende-se por “mercado de terras” as transacções dos bens e dos direitos adquiridos sobre a terra levadas a efeito por acordo voluntário entre duas pessoas ou grupos de pessoas representados por agentes.

Se houve uma distribuição da terra em que todos têm o que necessitam, ninguém tem a menos e ninguém tem a mais, não há mercado de terras e compete ao Estado a gestão do fundo de terras disponível com vista a assegurar uma utilização sustentável dos recursos naturais associados à terra.

Foram identificadas quatro formas de acesso à terra (i) através dos sistemas de direitos costumeiros que estabelecem as normas de herança e casamento, responsável por 14% das parcelas distribuídas; (ii) por adjudicação directa do Estado, com 13%; (iii) pela simples ocupação, de boa-fé ou sem ela, em 6% das parcelas; e (iv) por transacções de direito pela via do mercado dentre os pobres, que se verificam em 62% dos casos.

O estudo apresenta várias conclusões das quais se destacam algumas:

- A articulação das quatro formas de acesso à terra tem sido suficientemente eficaz na adjudicação da terra urbana, uma vez que, de uma forma ou de outra, salvo raras excepções, todos têm acesso à terra e, conseqüentemente, a um tecto. Nas cidades de Moçambique, até à data, não se verifica o fenómeno dos *sem tecto*, como acontece em muitas outras cidades africanas. Toda a intervenção que tenha por intenção impedir a actuação de qualquer uma das quatro formas, como por exemplo a proibição do mercado ou a privatização da terra, seria contraproducente nas actuais circunstâncias.
- O mercado desempenha um papel de relevo na adjudicação da terra urbana, e a tendência, mantendo-se todas as condições iguais, é que esse papel seja cada vez maior acabando por substituir o Estado na adjudicação do solo urbano. O mercado é particularmente activo nas zonas peri-urbanas, para onde convergem os imigrantes das zonas rurais, quer seja os que vêm definitivamente, pela via da venda de parcelas, quer os chamados flutuantes (os que se deslocam à cidade regularmente para venda dos seus produtos ou para efectuem trabalhos temporários) através do mercado de aluguer.



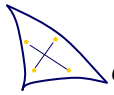
- Em matéria de justiça social na alocação da terra verificou-se que o Estado é aquele que melhor assegura a distribuição justa da terra, por imposição da legislação por ele produzida, e que a via costumeira é aquela que menos justa na adjudicação da terra se apresenta, tendo provocado já, situações de injustiça social preocupantes. Por seu turno, denota-se que os mecanismos reguladores das vias da ocupação e do mercado não são suficientes para controlar a tendência para a injustiça social. Conclui-se pois que o Estado deveria ter um papel regulador indispensável, sob a condição de cumprimento estrito do que ele produz em matéria legislativa.
- O valor da terra urbana varia em função da procura absoluta e da procura relativa, da localização, do investimento realizado e do registo. Obviamente que um conjunto de variáveis tão lato em permanente mudança não sendo possível prever-se a sua evolução nem o seu comportamento, o que confirma o que Paul Benkin diz, que o mercado de terras é o mais imperfeito de todos. Todavia é possível ter-se um acompanhamento sistemático da sua evolução e ponderem-se simular situações como subsídios cruzados em função da previsão de instrumentos públicos e que possam ser utilizados pelos municípios e possam contribuir para se encontrarem formas operacionais que conduzam à redução da pobreza urbana rural.

2.1.3. Mercado Rural de Terras em Moçambique

O Cruzeiro do Sul realizou um estudo sobre o eventual papel do mercado na eficiência alocativa da terra. O estudo foi solicitado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), através do seu Gabinete de Promoção do Sector Comercial Agrário (GPSCA) em parceria com a Confederação das Associações Económicas (CTA), em representação do sector privado. Esta solicitação juntou-se ao desejo expresso por várias organizações da sociedade civil ao longo dos últimos anos, entre elas contam-se o Fórum Terra, a União Nacional dos Camponeses (UNAC) e a Organização Rural para a Ajuda Mútua (ORAM).

De acordo com os termos de referência o estudo tinha os seguintes objectivos:

- Identificar a dinâmica do mercado de terras no meio rural, em função da localização, do tipo de uso, da finalidade, do sistema, da distância ao mercado, da forma de transferência e da dimensão da área;
- Do género do chefe de família, das fontes de rendimento, da religião, do nível de educação, do tamanho da família e do local de nascimento;
- Saber qual o valor de mercado da terra nomeadamente o preço de reserva, o preço de oferta e os custos de transacção;
- Lançar as bases para a instituição de um sistema de recolha de informação sobre o mercado da terra no contexto da unidade produtiva familiar;
- Promover um debate esclarecido sobre a problemática do mercado rural de terras em Moçambique;
- Elaborar um conjunto de recomendações sobre a regulamentação do mercado de terras em Moçambique com particular enfoque para o meio rural.



O estudo teve lugar na província de Maputo nos distritos de Boane e de Magude e na província de Nampula nos distritos de Angoche de Mogovolas.

Para a recolha da informação foram utilizados os seguintes métodos: o levantamento quantitativo; entrevista semi-estruturada; grupo focal, observação directa e análise de redes para a modelação.

Foram inquiridos 625 agregados familiares e validados 603 inquéritos. A selecção dos referidos agregados familiares foi feita através da sistematização aleatória. O tratamento dos dados foi elaborado em SPSS.

O estudo identificou quatro formas de acesso a terra: (i) através dos sistemas de direitos costumeiros que estabelecem as norma de herança e casamento; (ii) por adjudicação directa do Estado; (iii) pela simples ocupação, de boa-fé ou sem ela; e (iv) por transacções de direitos pela via do mercado que se verificaram.

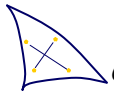
No entanto são de mencionar algumas tendências gerais que por um lado resultam do facto do mercado ser incipiente e por outro estão adjacentes a questão de ordem estrutural e política económica. São de realçar:

As imperfeições do estado na alocação – concentração, preferência aos ricos, discriminação dos islâmicos;

- As imperfeições do sistema costumeiro – simples ocupação pelos jovens, o tecido institucional local a não dar resposta a curva da demanda;
- As imperfeições do mercado – acesso restrito aos homens e o aluguer pelos mais pobres entre pobres resultando em acentuação de desequilíbrios de género.

Do estudo feito destacam-se alguns princípios que se estruturam em torno do mercado de terras:

- Que a dinâmica do mercado de terras se concretiza num contexto de interacções entre actores cujo direitos sobre a terra estão sujeitos a registo (**SR**) bem como entre aqueles cujos direitos não estão sujeitos a registo (**NSR**);
- Que o mercado **SR** se verifica um avultado défice de equidade distributiva, estando o Índice de Gini em 0.72 no ano 2003 e mostrando uma tendência acentuada de crescimento nos últimos três anos. Esta concentração de terras rurais está sendo feita em torno de elites urbanas e funcionários públicos, registando-se casos de recurso a esquemas de corrupção;
- Nota-se estagnação do mercado financeiro uma vez que a terra não é aceite como garantia para crédito em instituições bancárias nacionais, alegando o fraco desempenho das unidades produtivas rurais e o elevado grau de riscos do investimento agrário;



- O mercado de emprego ao invés de expandir com a criação de novos postos de trabalho, limita-se a concentração sazonal de mão-de-obra, onde, não raras vezes, os ordenados pagos são abaixo dos salários mínimos estipulados para o sector.

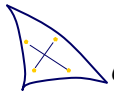
O mercado **NSR** ou informal caracteriza-se por:

- Existir uma convertibilidade imperfeita na terra para a produção de alimentos ou relacionada com a segurança alimentar e a habitação;
- O acesso a terra é determinado por duas razões: (i) as ocasionais e as sistemáticas, o que equivale dizer que motivos sociais como casamento induzem os nativos a procurar terra para fins habitacionais assim como para a produção, e (ii) é motivada e efectuada por imigrantes com objectivos de produzir com fins comerciais, são os casos do regadio entre outros;
- Regista-se ainda considerável aumento de eficiência alocativa da terra na medida em que não se encontram práticas nocivas como o açambarcamento e a especulação;
- Existência de formas de arrendamento não monetarizadas com ênfase para os empréstimos que abarcam redes de obrigações sociais e uma lógica distributiva baseada no equilíbrio social
- Nota-se uma propensão para o aumento da disponibilidade de crédito em espécie e com certa frequência em numerário;
- O mercado de emprego expande-se com a tendência para o recrutamento do trabalho por tarefa diária pago em numerário (ganho-ganho).

Em resumo, o mercado informal não está distorcido e a sua dinâmica conduz a um mais eficiente uso do recurso. Tem correlações positivas com o mercado financeiro e de emprego e está fortemente interrelacionado com as redes de obrigações sociais (instituições tradicionais que se regem pelo direito consuetudinário), e por isso possui altos índices de sustentabilidade sócio-cultural, as mudanças nele operadas possuem fortes elementos endógenos e incorpora a médio e longo prazo traços de inovação do que cenários de anarquia.

Já a evidência empírica baseada nos dados recolhidos mostra que o mercado formal apresenta uma configuração notoriamente imperfeita, que conduz por si a monopolização do recurso por parte das elites urbanas, que pouco investem para o aumento da produtividade no sector agrícola uma vez que a sua base de sustento encontra-se no sector de serviços nas grandes cidades ou vilas, e regra geral pautam por formas e esquemas de corrupção para garantir o acesso a terra.

Em relação ao investimento verificou-se uma distinção clara entre investimento para reduzir os custos de transacção e o investimento para aumentar os rendimentos. No primeiro caso conclui-se que, face à falta de segurança de posse, há dois comportamentos distintos, enquanto que o “pobre” investe para reclamar a posse efectiva, o “rico” só investe quando tem garantia da posse. No segundo caso, a baixa percentagem dos investimentos verificados e a diversidade dos mesmos em relação às formas de acesso à terra, são demonstrativas de que não existe uma



relação de causa-efeito entre a forma de adjudicação da terra e o tipo de investimento realizado. Concluiu-se que não é a forma de adjudicação que determina o comportamento económico mas é a iniciativa individual que, face à forma de adjudicação da terra que lhe calhou ou conseguiu alcançar, selecciona o tipo de actividade económica que mais lhe convém.

No que respeita a justiça social na alocação da terra verificou-se que os sistemas costumeiros são os que melhor asseguram uma distribuição justa da terra, por imposição das redes de obrigação social, e que a via do estado é aquela que é menos justa na adjudicação da terra se apresenta. Por seu turno, denota-se que os mecanismos auto reguladores das vias da ocupação e do mercado não são suficientes para controlar a tendência para a injustiça social. Conclui-se que o Estado tem um papel regulador indispensável, sob a condição de cumprimento estrito do que ele produz em matéria legislativa assim como no investimento em infra-estruturas produtivas.

Constatou-se que a forma como decorre a simples ocupação, onde predomina a lei do mais forte e o uso dos recursos naturais é insustentável pela tragedia da gestão comunal referida por Hardin, denota-se a ausência de um quadro institucional que faça prevalecer os interesses da maioria dos cidadãos e das gerações seguintes. Constatou-se ainda que o quadro institucional costumeiro tende a ter uma abrangência cada vez maior e activo na resolução de conflitos fundiários. Neste contexto, verifica-se que nem o quadro institucional do Estado, nem dos sistemas costumeiros, nem ainda os mecanismos auto-reguladores do mercado, conseguem ter mecanismos de persuasão com vista ao cumprimento do já estabelecido por lei e das normas básicas para o uso sustentável dos recursos. Assim, importa desenvolver um novo quadro institucional o qual, à luz dos das práticas de conservação que respeitem os princípios básicos de sustentabilidade e participação proactiva para o desenvolvimento rural.

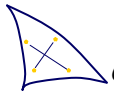
Modelo para a Gestão e Alocação da Terra Urbana

Foi efectuado um estudo paralelo que consistiu na construção de um modelo de gestão e alocação da terra elaborado com o consórcio (do qual Cruzeiro do Sul fez parte), liderado pela UEM, através do seu curso de Mestrado em Desenvolvimento Agrário.

O objectivo principal deste instrumento é servir como mecanismo ao alcance de todos intervenientes do processo de desenvolvimento ligado a terra o que certa forma possibilita a parceria Estado, sector privado e familiar.

A construção do modelo foi feita a partir das conclusões do estudo sobre a análise e a interpretação dos dados recolhidos. O modelo foi construído para que se possam realizar exercícios de projecção e de simulação sobre a alocação e gestão eficiente da terra.

Decreto De Lei sobre o Mercado de Terras



No âmbito do estudo sobre o mercado de Terras Rurais em Moçambique, o Cruzeiro do Sul em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária e o Fórum Terra, realizou um estudo na área legal. O estudo tinha como objectivo encontrar subsídios jurídicos que justifiquem a regulação do mercado de terras em Moçambique tendo em conta a actual Constituição e a restante legislação aprovada pela Assembleia da República e pelo Governo de Moçambique.

O produto final deste estudo foi a redacção de uma proposta de Decreto De Lei sobre a regulação do mercado de terras a submeter aos vários órgãos de decisão (Parlamento e Conselho de Ministros).

2.1.4. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos

Entre o Cruzeiro do Sul e a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) foi assinado um acordo com vista à a colaboração na implementação do projecto: Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos: Os Desafios de Aliar a conservação da Diversidade Biológica ao Crescimento Económico na componente Gestão Participativa da Terra. Este projecto faz parte de um programa que tem por objectivo final a introdução nos sistemas de contabilidade nacional da componente recursos naturais.

A componente do Cruzeiro do Sul tem por objectivos: (i) produzir instrumentos que permitam a gestão participativa dos recursos terra, floresta e fauna; (ii) promover a participação da Sociedade Civil, Sector privado e Estado na gestão dos recursos naturais ao nível local através dos Conselhos Consultivos.

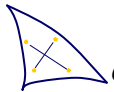
A pesquisa visa contribuir para a implementação de políticas sobre os recursos naturais e ambiente e, o apoio de iniciativas que combinem a geração de rendimentos e a melhoria de qualidade de vida da população, com uma gestão adequada dos recursos.

Inicialmente tinha sido acordado que o estudo, deveria ser realizado nos Distritos que se encontram ao longo dos corredores de Maputo e Libombos por coincidirem com áreas de intensa actividade económica e com riqueza natural de importância extraordinária que transcende, mesmo o valor nacional, como é o caso do centro de endemismo de Maputaland.

Após um seminário realizado em Março de 2004 em que participaram instituições governamentais, não governamentais, sector privado e académicos foi decidido que o estudo devia centrar-se sobre a bacia do rio Umbelúzi e a zona costeira da baía de Maputo à Ponta de Ouro. Os Distritos abrangidos foram Namaacha, Boane, Manhiça, Matutuíne, Marracuene e Cidade de Maputo.

Para o efeito o Cruzeiro do Sul realizou as seguintes actividades para cada um dos Distritos que fazem parte da área de estudo:

- Localização, limites e cálculo de superfície incluindo da bacia do Umbelúzi;



- Número da população existente segundo o Censo 1997 e Segundo a contagem anual do Distrito;
- Descrição do tipo de solos predominantes por posto Administrativo de cada Distrito e da bacia do Umbelúzi;
- Descrição do tipo de uso e cobertura da terra definido pelo UCT/DINAGECA (terra arável, irrigável, sequeiro, pecuária, florestas segundo SAKET, incluindo os tipos predominantes);
- Identificação de zonas residenciais e de expansão;
- Localização e identificação dos grandes empreendimentos económicos (agrícola, comercial e industrial);
- Identificação de zonas de pecuária, número e espécie de animais;
- Informação sobre pedidos de terras (localização, área, finalidade);
- Identificação de zonas de extracção de recursos (florestais e minerais);
- Informação sobre os consumidores da água do rio Umbelúzi e identificação de fontes alternativas.

Durante a recolha de dados foram encontradas algumas dificuldades tais como a ausência de dados, dados desactualizados, barreiras burocráticas, carácter de sigilo e outras.

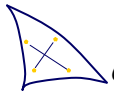
Com os dados recolhidos está em curso a elaboração de um relatório final de um CD interactivo com informação georeferenciada que conterà as seguintes informações: (i) carta administrativa de 250:000, (ii) carta de uso de terra pelo sector familiar; (iii) carta das licenças de Uso e Aproveitamento da Terra e atribuídas; (iv) carta de licenças florestais e turismo, (v) carta de solos; (vi) carta da população com base no último censo populacional; (vii) carta com a valorização dos recursos naturais e; (viii) adaptar o Modelo de Gestão e Alocação da Terra a cada Distrito.

2.1.5. O Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e suas Interações com a Protecção Social

Este estudo tem como objecto nas inter-relações entre a protecção social, a pobreza, a exclusão social e a economia informal. A questão de partida é a seguinte:

Em que medida e através de que processos é que o défice de protecção social caracteriza a economia informal e diminui a capacidade desta de reduzir a pobreza e a exclusão social?

A hipótese geral propõe que as rápidas e profundas evoluções sócio-económicas que ocorrem em cada um dos PALOP transforma as formas e dinâmicas da protecção social e da economia informal e conduzem determinados indivíduos, grupos e territórios à exclusão social e à exclusão dos resultados do desenvolvimento. Porque, por um lado, a protecção social comunitária tende a decrescer e, por outro lado, a expansão da economia informal dificulta a redução da pobreza. Paralelamente, os sistemas institucionais de protecção social, porque



garantem uma cobertura reduzida, possuem uma limitada incidência na erradicação da pobreza.

Com efeito, as transformações ocorridas nos PALOP desde a independência, associadas à globalização e relativas ao Estado, à instabilidade política e conflitos, à liberalização e ajustamento económico, às deslocações da população e movimentos migratórios, mudaram a protecção social e a economia informal, razões que justificam a importância deste estudo para um melhor conhecimento dos fenómenos e dinâmicas em causa, que possibilite a definição de orientações estratégicas de luta contra a pobreza e exclusão social.

Como foi referido, as formas institucionais de protecção social não têm ainda, nos PALOP, uma grande significação nas estratégias de combate à pobreza e as redes informais de protecção têm amortizado alguns efeitos de lacuna. Efectivamente, existem basicamente dois tipos de protecção social comunitária: um mais tradicional e associado à família, redes de parentesco e comunidades de vizinhança e outro, expresso, em novas formas organizativas (cooperativas, mutualidades, micro seguros, etc.), não sendo atribuída no entanto, grande importância dos PALOP a este último tipo de protecção.

Contudo, a relação entre a protecção social e a economia informal é estruturante das estratégias dos actores do desenvolvimento em África. Na verdade, algumas perspectivas de análise têm posto ênfase na existência de protecção social na economia informal e no declínio das formas tradicionais de protecção social sob efeito da urbanização e dos modos de vida e consumos de modelo ocidental. Ora estas afirmações necessitam de questionamento e discussão no contexto dos PALOP uma vez que o seu conhecimento aprofundado tem implicações inevitáveis nas estratégias de extensão da protecção social.

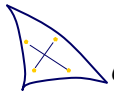
Neste momento trata-se de um trabalho em curso que está apenas no seu início. Estão a ser recolhidos dados nas Províncias de Nampula e Maputo entre pessoas seleccionadas que trabalham no sector informal e as instituições que trabalham para a protecção social e a redução da pobreza. Os resultados serão apresentados no ano de 2006.

2.2. Monitoria e Avaliação

2.2.1. Colaboração Local

O Cruzeiro do Sul, em parceria CEPKA, fez o acompanhamento das actividades das Unidades de Monitoria e Avaliação dos Distritos da Província de Nampula, com excepção dos Municípios de Nacala, Ilha de Moçambique, Monapo e Nampula Cidade. O acompanhamento serviu de base para o fortalecimento contínuo das Unidades no quadro da Monitoria e Avaliação do Distrito.

No processo de acompanhamento constatou-se a necessidade de reestruturação das Unidades de Monitoria de modo a criar mecanismos de envolvimento da Sociedade Civil local para o combate às causas da pobreza.



O processo de monitoria e a reestruturação envolveu as seguintes fases:

1ª fase – Realização de seminários

Foram realizados seminários distritais de capacitação. Os seminários tinham como objectivo capacitar os membros das Unidades de modo a serem capazes de formular as necessidades, as variáveis e indicadores das acções, sem descorar do impacto das acções que são desenvolvidas ao nível do distrito e sem pôr de lado os procedimentos levados a cabo no concernente a execução dos instrumentos da planificação distrital. Estiveram presentes líderes religiosos, líderes comunitários, associações cívicas e cultural, associações de auto-ajuda, associações de camponeses, agentes económicos, sindicatos, membros do governo distrital e membros da equipa técnica distrital.

2ª fase – Discussão da qualidade de membro

Foi discutida a qualidade de membro das Unidades. Os membros das Unidades seriam grupos de indivíduos que representam a sociedade civil ao nível do Distrito com vista acompanhar e controlar o progresso de actividades executadas no distrito para a redução da pobreza. Poderão ser membros líderes religiosos, líderes comunitários, associações cívicas e cultural, associações de auto-ajuda, autoridades comunitárias, agentes económicos, sindicatos, associação de camponeses e membros da equipa técnica distrital. As deveriam ser composta entre 15 a 20 membros tendo em conta a dimensão de cada distrito.

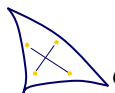
3ª fase – Discussão do tipo de estrutura de gestão das Unidades de Monitoria

De forma consensual, concluiu-se que as Unidades de Monitoria teriam uma estrutura de gestão composta por um **presidente**, um **vice-presidente** e um **secretário** com as seguintes tarefas:

- **Presidente:** tem a função de convocar e presidir todas as sessões da unidade dentro do distrito. Tem também a função de fazer propostas para outros encontros que conjuntamente com outros membros, acham ser importantes para uma discussão mais profunda. A convocação depende da pertinência do assunto a ser discutido segundo a necessidades ou problemas que eventualmente poderá constituir o cerne da discussão;
- **Vice-presidente:** tem a função de coadjuvar o presidente na execução das suas funções e tomar a responsabilidade daquele a quando da sua ausência;
- **Secretário:** tem a função de lavrar actas das reuniões, redigir os relatórios, redigir e distribuir os convites e protocolar todos os encontros da Unidade.

Acções realizadas pelas Unidades Distritais de Monitoria:

As Unidades de Monitoria apresentam relatórios mensais da sua actividade no distrito ao CEPKA e ao governo distrital para apreciação das inquietações constatadas no processo de monitoria. Dos relatórios apresentados consta que as Unidades têm vindo a sensibilizar as populações para se envolverem no combate a pobreza ao nível local. Explicam as populações, em encontros mensais, que é fundamental se organizarem em associações e tentar poupar as suas economias



para ajudar os filhos a estudarem. Têm vindo também a sensibilizar sobre o HIV/SIDA.

Desta sensibilização feita pelas Unidades resultou, nos Distritos de Mogovolas e Lalaua, na criação de feiras agrícolas, por grupo de mulheres organizadas, para venda dos seus produtos.

No distrito de Moma a população participou na reabilitação, com material local, das escolas primárias de Namatoro, Mphulula e Navahara. Participou também na reabilitação do posto de saúde de Nambilane. No distrito de Murrupula o associativismo dos camponeses começa a ganhar expressão.

Como forma de inteirar-se do funcionamento dos Conselhos Consultivos o CEPKA em colaboração e a UCODIN (Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula) participaram nos Conselhos Consultivos dos Distritos de Angoche, Malema, Moma, Mogincual, Mogovolas, Muecate, Meconta, Memba, Namapa, Nacala-à-Velha, Nacaroa, Monapo, Murrupula, mecuburi, Rapale e Lalaua. A participação tinha como objectivo: (i) obter uma percepção sobre o grau de participação da sociedade civil local no processo de consulta dos planos de desenvolvimento do distrito, (ii) analisar os resultados os resultados do PARPA I e; (iii) recolher sugestões para integrar o PARPA II.

Sobre o grau de participação da sociedade civil nos processos de consulta constatou-se o seguinte:

- A sociedade civil considera que o processo tem os contornos que tem, e merece ser consolidado para que seja efectivamente conhecido na base e haja um empoderamento por parte dos cidadãos;
- As consultas realizadas pelo Governo servem apenas para legitimar as posições já pré-definidas, o que não responde aos anseios das comunidades. Vêm o processo como aquele que sempre foi, conduzido pelo Governo, e não para dar espaço interventivo a sociedade;
- A necessidade de capacitar tanto as equipas técnicas assim como os Conselhos Consultivos em Diagnóstico Rural Participativo (DRP), o que lhes conferirá a capacidade de definir e priorizar as necessidades do Distrito;
- A necessidade de capacitar as equipas técnicas em matéria de monitoria e avaliação para facilitar para que possam fazer o acompanhamento da planificação distrital;
- A necessidade de capacitação em pacotes de planificação e orçamento para que seja possível fazer a prestação de contas, porque na sua maioria e quase todos os membros da equipa técnica não sabem e nada percebem dos mecanismos financeiros para a execução das actividades que são propostas no Distrito, em termos de custos reais;
- A necessidade de reduzir o número de membros dos Conselhos Consultivos de 80 para 50 para torná-lo mais eficiente;
- Fortalecer as Organizações Comunitárias de Base (OCB), por serem estruturas de base com uma legitimidade aceitável e com uma influência forte nas comunidades para que elas sejam a conduzir o processo de consulta.

Conclui-se assim que é fundamental apostar na formação dos Conselhos Consultivos e de outras instituições que participam na consulta comunitária.

Sistema de Informação Provincial de Nampula (SINA)

O Cruzeiro do Sul, em parceria com a UCODIN, foi convidado a integrar o grupo de trabalho que se encontra a elaborar o SINA.

O SINA tem como objectivo servir de instrumento de consulta e análise de dados para a identificação, planificação, coordenação e monitoria e avaliação de actividades de desenvolvimento da província de Nampula.

O plano geral de instalação do sistema de informação envolve 3 fases. A primeira fase foi a de concepção do protótipo, apresentação e discussão, segunda de uso experimental do sistema e a terceira da implementação e instalação do sistema.

2.2.2. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras

Devido ao atraso de oito meses no desembolso de fundos pelo IAM/UE, a coordenação do consócio aceitou atrasar as actividades e concordou que só se fizesse em Janeiro de 2006.

O atraso afectou as actividades de diversificação em termos de quantidade e ritmo. O Projecto devido ao atraso no desempenho não terminou em Dezembro de 2005 como previsto e prolongar-se-á até Julho de 2006.

2.2.3. Projecto Iniciativa Manica – Manicaland

O projecto Iniciativa Manica – Manicaland tem como objectivo principal a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável para a redução da pobreza obtido através da produção de novas oportunidades de geração de rendimentos resultantes do estabelecimento de novas relações entre os camponeses e os privados. O projecto pretende, especificamente, criar associações de produtores que defendam os seus direitos e lutem pela obtenção de melhores negócios e contratos com os privados.

O Cruzeiro do Sul teve uma contribuição crucial na conceitualização do projecto e na recolha e análise de dados no começo do projecto, tendo o papel principal de monitorar e avaliar o desenvolvimento e o impacto de programa, assim como recomendar as estratégias a seguir.

Durante o ano de 2005, o Cruzeiro do Sul tinha a tarefa adicional de verificar quais as oportunidades de certificar as galinhas orgânicas. A produção de galinhas orgânicas é uma actividade feita pela maioria dos círculos eleitorais rurais em Manica, incluindo o mais vulnerável, dado que não envolve muito trabalho, nem muito investimento inicial. De acordo com o Professor Doutor José Negrão, se for

possível adicionar o valor deste produto e vendê-lo como produto orgânico nos mercados desenvolvidos, ligando a produção do mais pobre aos mercados do mais rico, o projecto, com recursos pequenos, reduziria a pobreza de um numero muito mais elevado dos beneficiários, com um foco especial ao mais pobre, incluindo os afectados com HIV/SIDA.

Actividades realizadas em 2005 foram:

- **Monitorização**

A monitorização do projecto foi realizada pela coordenadora do projecto em Manica, que enviava relatórios bimensais para o Cruzeiro do Sul e recebia regularmente comentários e aconselhamento estratégico do seu Presidente e da sua assistente de projecto.

- **Pesquisa sobre a certificação da galinha orgânica em Moçambique**

Foram consultadas algumas instituições sobre a certificação das galinhas orgânicas em Moçambique, tais como a Abiodes, o Instituto Nacional de Normalização e Qualidade e o Ministério da Agricultura e verificou-se que não existe nenhuma regra para a certificação de galinhas orgânicas.

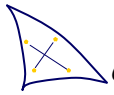
- **Realização de um inquérito sobre a produção de galinha orgânica**

A realização deste inquérito tinha como objectivo avaliar o impacto do projecto nas áreas de produção de galinhas, comercialização, desenvolvimento de infra-estruturas e o seu efeito na melhoria da situação sócio económica dos camponeses do distrito de Manica.

A metodologia aplicada consistiu na comparação dos índices de produção e comercialização e outras variáveis, de duas amostras. Uma constituída por camponeses que foram alvo do projecto e outra composta por camponeses que não participaram no projecto, mas com características similares à primeira.

Principais conclusões:

- Em termos de produção e comercialização, o impacto do projecto é bastante notável, pois os beneficiários do projecto estão a produzir e a comercializar aproximadamente o dobro dos não beneficiários. O preço unitário da galinha dos beneficiários é aproximadamente 10% superior aos não beneficiários;
- Em termos de infra-estruturas (capoeiras, tipo de ração, local de venda), embora haja uma ascendência no grupo dos beneficiários comparativamente aos não beneficiários, a diferença não parece ser significativa. Os dois grupos apresentam como principais problemas, sensivelmente na mesma proporção, a necessidade de melhores construções, e a falta de fundos.
- O factor que possivelmente terá jogado papel importante, no aumento dos níveis de produção entre os beneficiários, poderá estar relacionado com o apoio em termos de técnicas e métodos de gestão e produção avícola. Pois em termos de infra-estruturas os grupos não diferem significativamente. O que terá marcado a diferença, nos níveis de produção, será possivelmente o melhor uso de recursos disponíveis pelo grupo dos apoiados pelo IMM, pois estes participam nas associações onde o projecto dissemina técnicas de produção e gestão avícola. O relatório aponta como um dos principais resultados do projecto a aquisição,



entre camponeses, de conhecimento e técnicas para a redução da mortalidade de pintos.

Contudo, é também de considerar o factor experiência, pois entre o grupo dos beneficiários 82% tem mais de cinco anos de experiência, enquanto que entre os não beneficiários esta percentagem é somente de 42%.

No geral os resultados mostram que os camponeses que participam no projecto têm uma produção e comercialização anual duas vezes superior aos que não participam.

2.3. Extensão e Divulgação

2.3.1. G20 Nacional

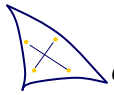
Em 2005 o G20 a nível central representa centenas de organizações e a dinâmica alarga-se às 10 províncias. Foi constituído o secretariado executivo a nível nacional assente na coordenação rotativa. O secretariado executivo coordena as actividades com os G20 provinciais e junto às organizações membros realiza em todas as províncias o treinamento de facilitadores distritais, organiza a recolha de dados para o RAP de 2005 e a recolha de contribuições das comunidades para o PARPA II.

Em Julho o G20 promoveu, em Maputo, um encontro alargado sobre a participação da Sociedade Civil no PARPA II, no qual participaram 170 pessoas. Este encontro tinha como principais objectivos: (i) aumentar a participação da sociedade civil no processo de elaboração do PARPA II e (ii) contribuição da Sociedade Civil no III Observatório da Pobreza.

No dia 4 de Agosto teve lugar, em Maputo, o III Observatório da Pobreza, no qual o Governo comprometeu-se a continuar a trabalhar com a sociedade civil na elaboração do PARPA II. As contribuições apresentadas pela Sociedade Civil para a elaboração do PARPA II foram as seguintes:

Macro economia e pobreza

- As políticas devem-se inspirar na comunidade, visando garantir a sua legitimidade;
- A sociedade deve poder saber em cada momento o que está a ser feito através de uma clara estratégia de comunicação com o Governo;
- Devem-se priorizar sectores e actividades geradoras de emprego e auto-emprego;
- Deve-se priorizar e investir no ensino técnico;
- Deixar ao Estado as áreas essenciais no âmbito da redução da pobreza e ceder as outras ao sector privado;
- A Sociedade Civil deveria ser mais envolvida nos planos operacionais anuais do Governo;
- Prestar maior atenção à implementação do PARPA II;
- Divulgar os projectos regionais existentes e a sua ligação com o PARPA II.



Governança

- A reforma do sector público é vital para remover os impedimentos ao investimento e à iniciativa privada;
- Tendo o distrito como base do desenvolvimento, será necessário melhorar o sistema de governação local através da descentralização e desconcentração gradual de competências para os distritos, dotando-os dos recursos necessários para tal;
- Massificar a discussão do pacote de reforma do sector público.

Desenvolvimento económico

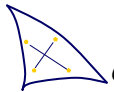
- Mudança da abordagem na estratégia de desenvolvimento, o que inclui a reforma da Lei do Trabalho, do Código Comercial e do Sistema tributário;
- O sector rural tem várias chaves que devem ser accionadas simultaneamente para provocar mudanças;
- Rápida implementação da política e Lei sobre o procurement e compras do Estado.

Capital Humano

- Criação de um sistema de educação geral e técnico que responda às necessidades do mercado de trabalho;
- Alargamento da rede de abastecimento de água potável;
- Investir na medição qualitativa do ensino.

Assuntos transversais (HIV/SIDA, género, segurança alimentar, meio ambiente, ciência e tecnologia)

- Priorizar intervenções que travem a propagação do HIV/SIDA;
- Harmonizar as intervenções dentro da Declaração de Maseru;
- Incorporar os assuntos de género em todos os processos de análise, programação e desenvolvimento;
- A segurança alimentar deve ser tratada tanto no âmbito da produção e comercialização como no da participação da mulher na economia rural;
- Harmonizar as intervenções dentro da segurança alimentar com os projectos regionais;
- Estabelecer mecanismos legais para o reforço da protecção do direito comunitário de uso e aproveitamento da terra com directrizes de formação de parcerias entre o sector privado e as comunidades;
- Massificar o uso de fogões ecológicos;
- Adoptar directrizes ambientais para a construção de barragens;
- Elaborar e aprovar uma política nacional de conservação ambiental;
- Adoptar sistemas de gestão ambiental e de tecnologias para a redução de poluentes em todos os sectores de produção;
- Institucionalizar o reaproveitamento de lixos;
- Construção de aterros sanitários;
- Promover e incentivar pequenas pesquisas com impacto imediato no meio rural.



No dia 8 de Agosto teve lugar um encontro do G20 com o objectivo de avaliar o III Observatório da Pobreza, onde a intervenção inicial da Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Graça Machel, chama a atenção sobre as seguintes questões:

- Necessidade de revistar as propostas da sociedade civil aquando da realização do PARPA I, verificando o nível de execução para recuperar aquelas não incluídas
- Maior coerência e persistência na elaboração das propostas do PARPA II;
- Acompanhamento do calendário do Governo de forma a garantir a participação da sociedade Civil nos grupos temáticos;
- Clarificar a questão do tratamento da terra nas matérias de posse e titularização;
- Institucionalização da participação da sociedade Civil nas consultas com o Governo.

Durante este encontro foram também constituídos dois grupos, o de coordenação, de natureza política, que assegura a legitimidade dos actos do G20, e o grupo dos conteúdos de carácter técnico, tendo o Cruzeiro do Sul integrado o grupo dos conteúdos.

2.3.2. G20 Provincial

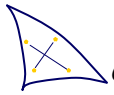
O G20 em colaboração com o CEPKA e a UCODIN participou nos Conselhos Consultivos ao nível dos Distritos de Ribawé, Lalaua, Mecuburi, Malema, Monapo, Mossuril com vista a ter uma percepção sobre o grau de participação da sociedade civil do distrito no processo de consulta dos planos de desenvolvimento no respectivo distrito e a recolher sugestões para integrar no PARPA II.

Para a recolha de sugestões para o PARPA II foram formados 21 facilitadores que são membros do G20 que estão a acompanhar os trabalhos em curso.

O G20 está, também envolvido na recolha de dados sobre as realizações da sociedade civil ao nível dos distritos. Esta recolha de dados constitui aquilo que foram as 28 acções concretas propostas da própria sociedade civil para o combate às causas da pobreza patentes no RAP 2004 e que poderiam ser implementadas por elas próprias.

Dos dados recolhidos nos distritos de Ribawé Lalaua, Monapo, Moma, Mongicual, Muecate, Nacarua, Namapa e Memba, mostraram que o desempenho da sociedade civil é salutar na medida em que participaram nas seguintes realizações:

- Mobilização das pessoas para se formarem em associações;
- Introdução de práticas para a conservação para a conservação, como é de celeiros tradicionais;
- Construção de celeiros melhorados;
- Aperfeiçoamento de técnicas para a conservação de sementes;
- Introdução de alfabetização de adultos;



- Fabricação de tijolos queimados para construção de escolas, postos de saúde e maternidades;
- Apoio a construção de escolas, postos de saúde e maternidades;
- Abertura e reabilitação de poços e furos de água;
- Construção de latrinas melhoradas;
- Reabilitação de estradas terciárias para facilitar o escoamento de produtos;
- Aumento de áreas de cultivo;
- Fomento de piscicultura;
- Fomento pecuário;
- Melhoramento das casas de habitação;
- Sensibilização da rapariga para ingressar na escola por parte dos líderes comunitários;
- Palestras sobre o combate ao HIV/SIDA e malária;
- Prática de horticultura e plantio de árvores de fruta e sombra;
- Multiplicação de estacas de mandioca e rama de batata-doce;
- Criação de animais de pequena espécie e aves;
- Abertura de machambas em bloco;
- Abertura de machambas de associações;
- Expansão do comércio informal e a comercialização;
- Construção de feiras agrícolas;
- Criação de Organizações Comunitárias de Base;
- Formação de camponeses em matéria de extensão.

Futuras Acções:

- promover a participação das mulheres nas acções de desenvolvimento através de metas de participação;
- aumentar as áreas de produção;
- aplicação e introdução de novos produtos e novas tecnologias;
- criar maior habilidade de gestão;
- incentivar a criação de grupos de poupança e crédito rotativo nas zonas rurais;
- continuar a luta contra o HIV/SIDA na prevenção e acções de vida positiva e apoio comunitário;
- mobilização nas comunidades, referente à participação no desenvolvimento local

O G20 Provincial elaborou o calendário de actividades semestral cujas actividades principais são:

- Análise dos resultados da implementação do PARPA I nos 21 Distritos da Província de Nampula;
- Recolha de dados junto aos Conselhos Consultivos e Unidades de Monitoria e Avaliação da Pobreza sobre as 28 recomendações e as 7 propostas do RAP 2004;
- Recolha de sugestões dos Conselhos Consultivos para integrar o PARPA II; recolha de informações sobre os níveis de participação dos cidadãos;

- Elaboração, entrega e apresentação do 1º relatório ao Observatório da Pobreza;
- Aplicação do guião prático do G20.

2.3.3. Observatório de Desenvolvimento Nampula

Realizou-se em Agosto a II Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento de Nampula. A sessão contou com a presença dos membros do Governo Provincial, representantes da sociedade civil, parceiros externos e instituições académicas.

Este fórum de natureza consultiva, tem como função o acompanhamento dos objectivos, metas e acções desenvolvidas pelos organismos públicos e privados na luta para a erradicação da pobreza.

O Governo apresentou o Relatório de Implementação das Acções de Redução da Pobreza na Província 2001-2004, síntese das conclusões das sessões preparatórias temáticas com a sociedade civil e parceiros externos, apresentação do Plano Económico e Social – Orçamento do Estado –2006. Da análise da documentação apresentada destacam-se os seguintes aspectos:

- No âmbito do PARPA I foi sublinhada a importância do envolvimento dos parceiros, sociedade civil e de cooperação, na implementação e monitoria das acções de luta contra a pobreza
- No que se refere as contribuições para o PARPA II foi sublinhada a necessidade de que o mesmo deverá resultar a partir das realidades locais. O PARPA II, como instrumento de gestão dos Governos, deverão ter as metas desagregadas para os níveis Provincial, Distrital e de Cidade
- Em relação ao Plano Económico e Social e o Orçamento Provincial foi salientado que se trata do instrumento do Governo provincial através do qual se operacionaliza o PARPA
- A sociedade civil apresentou o relatório dos resultados preliminares das consultas efectuadas no âmbito do seu Relatório da Pobreza provincial. Destes resultados destacam-se:
 - ❖ A consolidação da sociedade civil;
 - ❖ O aumento da contribuição nas diferentes áreas de intervenção sócio-económica, cultural e política;
 - ❖ A recolha de dados para a elaboração do Relatório Anual da Pobreza (RAP) 2005 e a contribuições para o PARPA II.

2.3.4. eIFL – Bibliotecas Online

O eIFL é uma fundação independente que se empenha em dirigir, negociar, apoiar e advogar a disponibilização de recursos electrónicos a utilizadores de bibliotecas dos países em vias de desenvolvimento. O eIFL trabalhou em Moçambique há uns anos atrás e em 1999 e 2000 pagou as taxas de subscrição da EBSCO para o qual, no entanto, teve um acesso muito reduzido. Em 2004, com intuito de voltar a

disponibilizar os seus recursos para Moçambique, assinou um contrato com o Cruzeiro do Sul, com o objectivo da criação de um consórcio em Moçambique.

Embora o contrato entre a OSISA e o Cruzeiro do Sul tenha sido assinado em Dezembro de 2004, o Cruzeiro começou a executar as suas actividades em Outubro, onde organizou um seminário, em Maputo, para analisar a possibilidade de estabelecer um consórcio de bibliotecas em Moçambique, com intenção de promover a cooperação e a troca de informação entre as bibliotecas e os centros de documentação das várias instituições. O seminário teve uma participação aproximada de 60 pessoas de diversas instituições (Ministérios, Universidades, Institutos de Investigação, Escolas, ONG's e mesmo Escolas Secundárias).

Durante o seminário foi estabelecido um grupo de trabalho que composto por representantes de diversas instituições, nomeadamente:

- Ministérios
- Universidades
- Institutos de Investigação
- Bibliotecas Públicas
- ONG's
- Biblioteca Nacional.

Em seguida o Cruzeiro do Sul obteve uma senha provisória para alcançar publicações na linha da EBSCO e em Março organizou um encontro, com o grupo de trabalho, de treinamento de forma a mostrar aos futuros membros do consórcio como utiliza-lo. O grupo decidiu que somente o Cruzeiro do Sul se registaria na EBSCO e que os restantes membros teriam acesso às publicações através da página do Cruzeiro, o que facilitaria o processo de acesso às publicações, uma vez que algumas das instituições são pequenas e os funcionários das bibliotecas não dominam a língua inglesa.

No entanto não foi possível seguir este processo, pois a EBSCO exige que todos os membros do consórcio façam o registo directamente.

Em Maio, o Cruzeiro do Sul, efectuou a primeira subscrição anual dos serviços da EBSCO, em nome do consórcio, que vai de Junho de 2005 a Maio de 2006.

O Cruzeiro do Sul tem vindo a coordenar as actividades da criação do consórcio, juntamente com a Biblioteca do ISPU, tendo realizado um seminário no dia 16 de Dezembro de 2005, que teve como objectivo principal a apresentação de quatro textos informativos, versando aspectos como o âmbito de actividades da eIFL.net, as diferentes formas de constituição e gestão de um consórcio, os requisitos tecnológicos para acesso a publicações electrónicas e os aspectos jurídico-legais a ter em conta na formação de um consórcio.

Neste encontro foi também distribuído um questionário aos participantes com vista ao levantamento da situação tecnológica em cada instituição, uma vez que o acesso à Internet constitui o requisito básico para uso das publicações electrónicas.

Como resultados deste encontro, destacam-se:

- O facto de o ISPU, através da sua Biblioteca Central ter assumido as principais actividades relacionadas com o funcionamento do consórcio em Moçambique. Esta situação deve-se ao facto de, para além de ser uma instituição de ensino superior, portanto potencialmente utilizadora dos produtos que irão ser oferecidos pelo consórcio, o ISPU possui uma infra-estrutura informática capaz de permitir a realização de diferentes actividades do consórcio, com destaque para a formação de utilizadores no acesso aos recursos electrónicos.
- A criação de um grupo de trabalho, composto por cinco pessoas que se encarregará da realização das actividades de gestão do consórcio:
 - ❖ ISPU – Aissa Issak
 - ❖ Cruzeiro do Sul – Michelle Carmo
 - ❖ CFJJ – Augusto Casimiro
 - ❖ Impacto – Aline Barbosa
 - ❖ Ministério da Saúde – António Nhamageuana
- O interesse demonstrado pelos participantes na existência de um consórcio e o compromisso por estes assumido na divulgação da ideia junto das suas instituições.
- A elaboração de um plano de actividades para o funcionamento inicial do consórcio.

2.3.5. Publicações

Os resultados esperados para este objectivo eram um dossier em português e inglês com fichas de apresentação das actividades de investigação realizadas e em curso bem como uma publicação em forma de livro para a divulgação, esta referente aos resultados da investigação até agora alcançados pelo instituto. No que refere ao dossier, este foi preparado, traduzido para o inglês, e o conteúdo publicado na página de Internet do instituto (www.iid.org.mz). No que refere ao livro para a divulgação dos resultados, este não foi publicado. Depois da morte do Presidente do Cruzeiro do Sul em Julho de 2005, os membros do instituto decidiram priorizar a edição e publicação de textos da sua autoria na forma de revista científica. Assim, um membro do instituto foi encarregue para fazer a revisão dos artigos disponíveis, organizá-los por áreas temáticas (terra, desenvolvimento e sociedade civil) e apresentar uma proposta para a publicação do primeiro número da revista. Os textos escolhidos já encontram-se editados e traduzidos para o inglês e a publicação está prevista para o primeiro semestre de 2006.

2.3.6. Prémio IUCN

O Cruzeiro do Sul, no dia 23 de Dezembro de 2005, recebeu o Prémio Ambiente 2005, atribuído pelo Comité Nacional da IUCN.

Este Prémio foi resultado dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da elaboração e divulgação das questões da Terra.

O Prémio consiste num troféu (Águia) e num cheque, no valor de USD 3000.

2.3.7. OSWUELA

Trata-se de um projecto que se desenvolveu em Nampula, com o financiamento da Embaixada da Holanda e que incidiu fundamentalmente na formação em exercício dos professores do ensino primário.

Este projecto, que foi avaliado na sua fase final, evoluiu para o CRECER, que é o Sistema de Formação Profissional e Continua dos professores adoptado pelo MEC.

3. Formação

Durante o ano de 2005 foram atribuídas três bolsas de estudo, das quais duas foram para o nível de Mestrado e uma para o nível de Doutoramento a membros do Cruzeiro do Sul.

Foram também realizados cursos de capacitação e reciclagem em indicadores de monitoria e avaliação da pobreza nos distritos da Província de Nampula para os membros dos Conselhos Consultivos Distritais.

4. Perspectivas

4.1. OSISA

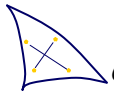
Em 2004 o G20 decidiu preparar um Relatório Anual da Pobreza para ser apresentado para discussão no Observatório Nacional da Pobreza, e o Cruzeiro do Sul foi apontado como o coordenador do grupo.

Neste sentido o Cruzeiro do Sul, enviou uma proposta à OSISA que consiste na pesquisa da “ Distribuição da Riqueza ao nível local no contexto do PARPA”.

A proposta não foi avaliada, mas pode entrar no Board da OSISA em Março de 2006 para ser avaliada.

4.2. Acção Agrária Alemã

O Cruzeiro do Sul enviou uma proposta à Acção Agrária Alemã, que foi aceite. De momento aguarda-se, apenas, a assinatura do contrato.



O Cruzeiro do Sul irá fazer a monitoria e avaliação do Programa “ Aldeias do Milénio”. O projecto envolve levantamentos quantitativos e qualitativos, para avaliar o impacto e monitorar a implementação do programa “Aldeias do milénio” em três aldeias, Mangalaze, Chitalahimbera em Vilanculos e Banana no distrito de Mabote.

Este Projecto terá a duração de cinco anos.

4.3. Ministério do Plano e Desenvolvimento

O Cruzeiro do Sul foi contactado, pelo Ministério do Plano e Desenvolvimento, para ver qual a sua disponibilidade em participar no Projecto designado Planificação e Finanças Descentralizadas em 13 distritos das 4 províncias do centro de Moçambique. Após dois anos de implementação pretende avaliar o impacto do projecto entre beneficiários, comunidades rurais, em termos de percepção sobre os resultados e sua participação nos processos de planificação e administração local.

Os termos de referência já foram elaborados, falta apenas a elaboração da proposta para Concurso.

4.4. Embaixada da Noruega

A convite do Cruzeiro do Sul, participou num encontro com a Direcção do Instituto, a chefe da Cooperação Norueguesa do mês de Janeiro.

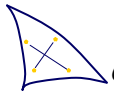
O objectivo foi perceber a natureza do trabalho deste Instituto de Investigação, avaliar de certa maneira a capacidade existente e considerar a possibilidade do Cruzeiro do Sul trabalhar no programa de investigação do " Michelson Institute para Moçambique" na área da redução à pobreza e do desenvolvimento.

Pressupõe-se que este programa já tenha sido aprovado pela Embaixada. Na continuidade deste contacto, um membro do Cruzeiro do Sul, Dr. Dipac, apresentará no dia 9 de Fevereiro de 2006, num encontro com o Ministro da Cooperação Norueguês, alguns aspectos da situação económica do país.

4.5. Dinamarca

O Cruzeiro do Sul foi contactado e convidado pela DANIDA, através do Director da NORDECO, Agência para o Desenvolvimento e Ecologia, para fazer parte de uma equipe integrada para a pesquisa e monitoria do Programa de Desenvolvimento do Parque Nacional de Gorongosa.

Fazem parte da equipa de pesquisa o Cruzeiro do Sul, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o Museu de História Natural/Universidade Eduardo Mondlane.



Neste âmbito o Cruzeiro do Sul irá participar na avaliação rápida dos problemas-chaves e questões de desenvolvimento do Parque Nacional de Gorongosa, que servirá de base para o desenho, implementação e monitoria do programa. Neste contexto, para a primeira fase, o Cruzeiro será responsável pela componente do tecido institucional, identificação e avaliação das actividades dos investidores e seu impacto, identificação e avaliação das concessões de terra e sistemas de uso de terra, bem como o levantamento sócio económico, incluindo o impacto do HIV/SIDA ao nível da família.

5. Plano de Acção para 2006

5.1. Programa de Pesquisa de Redução da Pobreza Absoluta no Norte

5.1.1. Pesquisa sobre as Assimetrias no Meio Rural Moçambicano

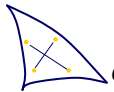
Para o ano 2006 se prevê a continuação do Projecto sobre as Assimetrias no meio rural nas províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, iniciado em 2005. Uma vez já realizado o protocolo de investigação, e elaborado o relatório dos resultados preliminares do trabalho de campo, e iniciada a análise quantitativa e qualitativa dos dados, a pesquisa continuará para mais um ano com o objectivo de aprofundar a informação obtida através de um novo levantamento quantitativo e qualitativo nas mesmas aldeias.

As actividades previstas para 2006 são:

- Reflexão sobre os resultados do primeiro levantamento quantitativo e qualitativo, para a elaboração do segundo levantamento.
- Elaboração dos inquéritos quantitativos e das entrevistas semi-estruturadas.
- Preparação do trabalho de campo (hospedagem, transporte etc.)
- Realização do segundo levantamento de dados quantitativos e qualitativos nas três aldeias de Ghiote (Cabo Delgado), Napacala (Niassa), e Namiope (Nampula).
- Elaboração dos resultados preliminares da análise comparativa do levantamento quantitativo e qualitativo realizado em 2005 e o levantamento do ano 2006.
- Elaboração dos resultados finais da “Pesquisa sobre as Assimetrias no meio Rural Moçambicano”.

5.1.2. Pesquisa sobre a percepção dos utilizadores dos serviços públicos em Nampula para o reforço do sistema de Monitoria e Avaliação da Pobreza

Trata-se do desenvolvimento e administração de um estudo da procura de serviços públicos como instrumento da monitoria dos esforços de redução da pobreza na Província de Nampula.



O desenvolvimento e administração do estudo serão feitos em total articulação com as instituições já criadas para a monitoria e avaliação da pobreza ao abrigo deste programa.

As actividades previstas para 2006 são:

- Revisão documental da metodologia e do desenvolvimento institucional para a monitoria e avaliação da pobreza em Nampula,
- Desenvolvimento de material de trabalho e implementação;
- Identificação dos locais de implementação e parceiros locais do estudo;
- Interacção no local com parceiros para o desenvolvimento teste piloto dos instrumentos do estudo e arranjo institucional de retorno de informação;
- Administração dos instrumentos do estudo (recolha de dados);
- Criação de base de dados, análise e preparação do draft do relatório;
- Retorno da informação às instituições locais (sociedade civil e provedores de serviços);
- Elaboração da versão final do relatório do estudo.

5.1.3. Apoio à UCODIN e CEPKA na Monitoria e Avaliação da Pobreza nos distritos da Província de Nampula

No que se refere à UCODIN, para 2006, estão previstas as seguintes actividades:

- Discussão de das questões relativas à implementação do Plano Estratégico e articulação com o PARPA II;
- Apoio na discussão dos conteúdos para os Observatórios de Desenvolvimento;
- Análise de questões relativas à planificação distrital;
- A UCODIN solicitou ainda apoio à organização de um banco de dados.

Relativamente ao CEPKA, a nossa acção visa fortalecer a capacidade de intervenção da sociedade civil, o aumento da formação dos membros das Unidades de Monitoria e Avaliação da Pobreza para um melhor acompanhamento da gestão orçamental e das actividades planificadas para o distrito. As actividades previstas para 2006 são:

- Verificação dos efeitos do PARPA II na redução da pobreza ao nível dos distritos;
- Acompanhamento dos níveis de participação dos cidadãos nos conselhos de consulta de Monitoria e Avaliação da Pobreza;
- Apoio a uma maior capacitação das unidades de Monitoria e Avaliação da Pobreza na gestão orçamental;
- Preparação dos instrumentos para a organização do banco de dados da UCODIN.

5.1.4. Formação de investigadores do Cruzeiro do Sul ao nível da pós graduação

O Cruzeiro do Sul inclui no seu plano interno a formação dos seus investigadores em metodologias de investigação, em workshops sobre a pobreza, terras e desenvolvimento.

Prevê-se para 2006 a atribuição de uma bolsa de estudo para um membro do instituto que irá completar os estudos ao nível de Mestrado na University of Western Cape. O título da tese é: “Mercados de terra e a pobreza em Moçambique: o caso de Mogovolas na Província de Nampula”.

5.1.5. Publicações do Cruzeiro do Sul

Continua em 2006 a publicação de trabalhos produzidos pelo Cruzeiro do Sul como forma de dar a conhecer os resultados da pesquisa alcançados até ao presente momento com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos.

As actividades previstas para 2006 são:

- Elaboração do índice do livro;
- Compilação do livro;
- Edição e impressão.

5.2. Mercado Rural de Terras

As actividades previstas para 2006 consistem na finalização e entrega do Relatório.

5.3. Corredores de Desenvolvimento de Maputo e Libombos

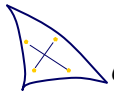
As actividades previstas para 2006 são:

- Conclusão da interpretação da imagem satélite;
- Integração e associação de atributos quantitativos, qualitativos e descritivos com dados geo-espaciais;
- Preparação da apresentação final (Relatório, Mapas e CD-Rom)

5.4. Impacto da Economia Informal na Redução da Exclusão e da Pobreza nos PALOP e as suas interacções com a Protecção Social

De acordo com o Projecto, as actividades previstas para 2006 são:

- Prosseguimento da Pesquisa de acordo com a segunda reunião de Lisboa;
- Organização do seminário da OIT;



Resultados finais da Pesquisa e envio à equipa Central.

5.5. Projecto de Diversificação Agrícola e Pecuária nas Zonas Algodoeiras - Morrumbala

As actividades previstas para 2006 são de avaliação final do Projecto.

Conta-se realizar um inquérito a 900 agregados familiares (300 famílias por região em três regiões) para efeitos de comparação com o inquérito de base que deve ser executado em Maio/Junho.

5.6. Projecto Iniciativa Manica – Manica Land

As actividades a realizar em 2006 são:

- Levantamento quantitativo com o objecto de avaliar a situação do Projecto no início da sua implementação/diagnóstico;
- Montagem de um sistema de recolha e tratamento de dados ao nível do projecto;
- Formação e capacitação para recolha de dados;
- Pesquisa sobre produção de ovos galados;
- Pesquisa para a produção de ração para galinhas;
- Monitoria do Projecto.

5.7. G20

Para 2006 prevê-se a participação no G20 Nacional e o apoio ao G20 Provincial de Nampula.

5.8. eIFL – Bibliotecas Online

As actividades previstas para 2006 são:

- Identificação das Instituições que pretendem fazer parte do consórcio;
- Assinatura das licenças de acesso aos recursos;
- Elaboração da proposta de Estatutos;
- Discussão da proposta de Estatutos;
- Escolha do nome e logotipo do consórcio;
- Elaboração do plano estratégico do consórcio
- Registo oficial do consórcio.